

REVISTA PORTUGUESA de HISTÓRIA

tomo XXXIII

Portugal e Brasil
Rotas de Culturas
Volume I



COIMBRA 1999

FACULDADE de LETRAS
da UNIVERSIDADE de COIMBRA
INSTITUTO de HISTÓRIA ECONÓMICA e SOCIAL

Um livro do Brasil no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra: engenho de açúcar em Sergipe (1574-1578)

PAULA CRISTINA VIANA FRANÇA

Téc. Superior Arq. AHMC, Câmara Municipal de Coimbra

ILÍDIO MANUEL BARBOSA PEREIRA

Téc. Superior, BD, Serv. Doc. e Publicações. Universidade de Coimbra ¹

1. Introdução

1.1. O Livro da Receita da Capitania de Mem de Sá

Quando, em 1994, iniciei funções no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC), despertou-me a atenção um pequeno manuscrito em papel, com encadernação de pergaminho, que se encontrava numa das suas vitrines.

A legenda da etiqueta dourada rotulava-o de *Livro da Receita da Capitania de Mem de Sá*.

Curiosamente, não constava do catálogo do arquivo, publicado em 1964¹.

Nestas condições encontrámos outros exemplares avulsos, cujo conteúdo, ou proveniência, nada tinha a ver com a administração do município de Coimbra, de que faz parte a maioria da documentação arquivada actualmente na Torre de Almedina, sede do AHMC.

Procedeu-se à inventariação desse conjunto vindo a identificar-se os documentos como ofertas de particulares ao antigo sector de Arquivo, na génese da Biblioteca Municipal de Coimbra.

Constituiu-se uma colecção, designada por *Doações*, que apresenta agora as descrições arquivísticas elaboradas para cada exemplar, estando disponíveis à consulta do público na Sala de Leitura.

A riqueza do conteúdo deste manuscrito, sobre a época colonial e o facto insólito de se encontrar um livro sobre o Brasil no acervo municipal, levou-nos a pensar que mereceria uma análise mais detalhada.

Comemorando-se, neste final de Século XX, os quinhentos anos sobre a *descoberta* do Brasil, pareceu-nos importante poder divulgar este documento inédito sobre a nossa história comum.

Este artigo é assim composto por uma *introdução*, pela *transcrição* integral do documento, por um *glossário* de termos e pela *bibliografia* consultada².

7.2. Receita e Despesa do Engenho de Sergipe, Brasil, 1574-1578

Uma breve consulta ao *Dicionário de História de Portugal* revelou que Mem de Sá fora o terceiro Governador Geral do Brasil (1557-1572), tendo sido irmão do poeta renascentista Sá de Miranda.

¹Carvalho, J. Branquinho e Silva, A. Carneiro - *Catálogo dos Manuscritos do Arquivo Municipal de Coimbra*, Coimbra, 1964.

² Por questões editoriais a transcrição e o glossário serão publicados apenas na separata do artigo.

Um livro do Brasil no Arquivo Histórico Municipal de Coimbra

Não se sabe ao certo a sua data de nascimento, aparecendo o ano de 1500 como o mais provável. Era filho de um cônego de Coimbra, Gonçalo Mendes de Sá, e de D^a Inês de Melo. Licenciou-se em Direito em Coimbra. Foi Desembargador da Suplicação, Corregedor dos Feitos Cíveis da Corte e Desembargador dos Agravos, antes da nomeação para Governador Geral do Brasil, que ocorre em 1557, em substituição de Duarte da Costa.

Mem de Sá chegará ao Brasil, a S. Salvador, a 28 de Dezembro, desse mesmo ano. A forma de governar granjear-lhe-á o elogio de alguns seus contemporâneos, como Frei Vicente do Salvador, que lhe chama o *espelho de Governador do Brasil*. Teve que enfrentar períodos conturbados de levantamento dos índios, que combate com êxito. Terá também de repelir os franceses que tentarão instalar uma colônia na Baía de Guanabara.

Diz Harold B. Johnson, no seu artigo sobre o Governador³, que este fora nomeado por um período de 3 anos com o ordenado anual de 600\$000 reis, período que foi alargado. Quando falece, em 1572, deixa uma fortuna de mais de 28 contos de reis, a qual incluía dois dos maiores engenhos de açúcar, o de Sergipe do Conde, com 250 escravos e cobrindo uma área de 350 km.

O manuscrito que se encontra no Arquivo, confirma alguns destes dados. Na fl. 46 o registo dos ordenados recebidos pelo Governador, durante os 14 anos que governa a colônia, a *rezão de seiscentos mil reis por ano*, avulta em 8505\$999 reis, até ao dia 2 de Março, do ano em que morreu.

Os engenhos de açúcar mencionados por Johnson, que aparecem neste documento, são o engenho de Sergipe e o engenho de Santana, em Ilhéus. O manuscrito apresenta não só uma lista da receita, mas também das

³Artigo incluído no *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil* coord., Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa Verbo, 1994, p.730.

despesas efectuadas com a reparação do primeiro para a produção de açúcar. Todavia, os registos contabilísticos referem-se ao período cronológico de 1574 a 1578, posterior à morte do Governador.

Depois desta identificação, o documento passou a ser designado mais correctamente por *Receita e Despesa do Engenho de Sergipe, do Brasil, entre 1574 e 1578* (Fig. 1).

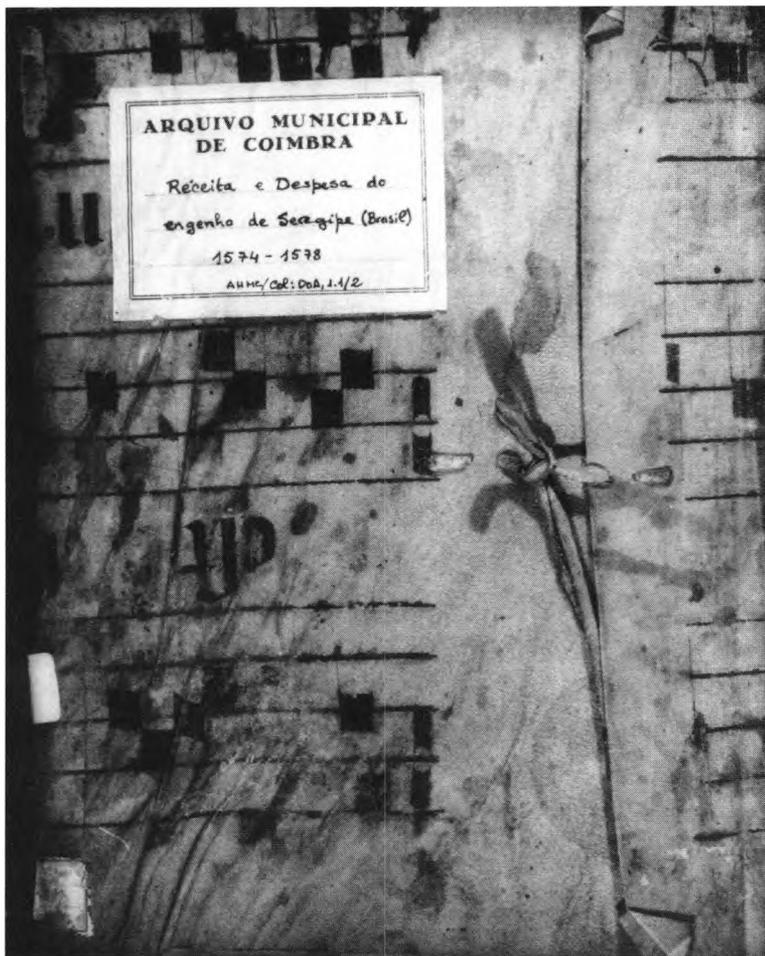


Fig. 1 - Manuscrito da receita e despesa do engenho de Sergipe, 1574-1578

1.3. Análise Codicológica

Este manuscrito⁴ em papel, de 21x27 cm, está encadernado com uma folha de pergaminho reaproveitada de um antigo livro de cânticos litúrgicos, apresentando ainda vestígios da notação musical, a sépia, em pautas marcadas a vermelho. Compõem-se de 70 folhas numeradas de 1 a 64, agrupadas em três cadernos de 24 folhas cada. Faltam ao último caderno duas folhas, a n.º 50 e a n.º 66, que pelos indícios apresentados, conclui-se terem sido arrancadas. Encontram-se também diversas folhas em branco no decurso do texto, facto que se assinalou na transcrição.

O papel apresenta uma marca de água bem delineada constituída pelo desenho de uma esfera armilar, encimada por uma espécie de flor de lis. Não se conseguiu, todavia, identificar, por falta de mais elementos, qual o fabricante a que correspondia⁵.

1.4. Identificação do autor do manuscrito: António da Serra, Procurador dos herdeiros do Governador

O documento não possui termo de abertura, ou encerramento que nos dê pistas sobre o seu autor. Na segunda folha não numerada apresenta o título: “Receita e Despesa de todo o tempo que estive no Brasil”, traçado numa letra quinhentista bem desenhada.

Uma anotação a lápis de outra mão diz: *Mem de Sá, 1574*. Esta informação pode induzir em erro o leitor. Como vimos já, a autoria não pode ser atribuída ao Governador, uma vez que, nesta data, já teria morrido.

⁴Possui a cota arquivística AHMC/ Col: Doações 1.1/2 e a cota topográfica B6/34.

⁵ João Amaral no seu artigo ‘*Algumas marcas de água de papéis dos Séculos XV, XVI*’ “Beira Alta”, Viseu, vol. 8 (1-4) 1949, desenha algumas marcas de água, de documentação coeva, que, como esta, têm uma esfera armilar, contudo nenhuma é encimada por flor de lis.

Embora o texto esteja redigido na primeira pessoa, o “eu” não assina, ao longo destas 70 folhas, duma contabilidade bem discriminada e organizada.

Nas folhas finais, 64 e 64v encontra-se o traslado de um documento, que o autor copia e que fornece a chave para o esclarecimento deste pequeno enigma.

É uma carta de D. Fernando de Noronha, 3º Conde de Linhares e de sua mulher Dona Filipa de Sá, genro e filha de Mem de Sá a quem pertencera a capitania de Sergipe.

Esse documento, dado em Lisboa a 9 de Dezembro de 1573, diz que os seus herdeiros nomeiam Antonio da Serra *pera feitorizar nossa fazenda* no Brasil, após o falecimento do Governador.

Concedem-lhe 5% da produção de açúcar do engenho de Sergipe e 5% da produção do engenho de Santana, nos Ilhéus, para custear as despesas que realizar na colónia enquanto aí estiver. Está autorizado a fazer 10 tarefas de açúcar, com escravos próprios, em Sergipe, sendo cinco dessas tarefas forras de direitos, como incentivo e auxílio nas despesas que terá na reparação do engenho.

Está assim identificado o autor e esclarecida a sua missão no Brasil.

António da Serra *Cavaleiro fidalgo d’el Rei* embarca para a colónia no ano seguinte encontrando-se em 5 de Abril com o testamenteiro, Diogo da Rocha de Sá, em casa de Vicente Monteiro, tesoureiro da fazenda, para receber o rol das coisas que não foram vendidas após o leilão. Esta lista encontra-se entre as folhas 32 a 37 do original manuscrito.

O procurador dar-lhes-á destino consoante o seu valor e estado de conservação (quadros 1 e 2).

Quadro 1
PEÇAS QUE NÃO SE VENDERAM NO LEILÃO
(UTENSÍLIOS DO GOVERNADOR E DO ENGENHO)

Peça	Valor	Destino
pau de abano de prata	\$250 rs	procurador ficou de entregar
escritório lavrado	20 cruzados	entregue a Lopo Fernandes em desconto de despesas realizadas na casa de purgar
carta de marear e compassos	nada	no engenho
espada e adaga	"	M
hacia de latão grande	"	desfez-se em ralos para a roca
cadeiras	velhas	no engenho
caixa de vinhatico		na torre do engenho
caixa de genipapo		na torre do engenho
facas de resgate		gastarão-se com os negros
2 caixas da índia		na torre do engenho
tacha de cobre	furada	desfez-se em remendar cobre
caldeira de latão	velha	serve na torre
bacinica de latão		na torre do engenho
tacho de latão	quebrado	na torre do engenho
sinete de marfim com armas em prata		no engenho
tesouras de resgate		gastarão-se com os negros
espelhos de resgate		gastarão-se com os negros
B espelhos de resgate de Flandres		gastarão-se com os negros
papel de empapelar		no engenho
madeira de conduru e pau preto		enviado ao reino
alcatifa	velha	no engenho
2 guadamecins e 1 guarda porta	velhos	
2 sinos de cobre de decoada	novos	no engenho
tacha de cobre grande		no engenho
tacha de bater	velha e eáburacada	consertou-se para fazer sal
tacha de esfriar	nova	no engenho
coadeira de cobre	nova	no engenho
2 repartideiras de cobre	novas	no engenho
bomba de cobre		no engenho
batedeira de cobre		no engenho
escumadeira		no engenho
rominhol		no engenho
caldeira de latão velha	velha	no engenho
tacho de latão	quebrado	no engenho
2 bacios de cozinha grandes de estanho	velhos e usados	todo este estanho se desfez em pratos novos de serviço
7 pratos de estanho	"	"
3 pichéis de estanho	■	
2 galhetas de estanho	"	"

balseirinha de estanho	«	t!
3 breviários velhos	velhos	
gario de faro		
safra de ferreiro		gastou-se na fazenda
leito	velho em pedaços	
2 arremeções	não prestam	
1 barril com fio de Flandres		
7 canos de espingarda sem coronhas		desfeita em pregos
4 gafas 4 bestas		desfez-se em aço
14 fusis de saras braçais	todo este ferro não prestava para nada	
4 fusis enxó de mão	M	
manju de calafete	"	
9 serras de mão pequena	"	
2 cães de faro	"	
6 espetos de ferro	"	
grelhas de ferro		
2 colheres de faro	"	
3 rapadouras de ferro	"	
pote de cobre	velho quebrado	
barril de pau pequeno e 1 saco de anzóis		deu aos negros
contas de rezar de pau	nada.	
bisagras de latão	"	
2 escumadeiras de cobre	"	
3 rominhões	"	
2 rominhões maiores	"	
balanças de latão	"	
marcos de metal		
2 escumadeiras grandes e quebradas		
escumadeira	partida	
2 garrafas de estanho pequenas		desfez-se
cubo de cobre	novo	
castiçal de latão de azeite	velho	no inventário fl. 1
31 bacios de estanho	quebrados	desfez-se
28 anzóis		deu aos negros
10 pedaços de serra	velhos	
2 bacios de estanho de água às mãos	velhos	
3 couros de cadeiras de espaldas		
bandeira de tafeta de cores	velha	no engenho
mandil de uma e outro pano preto		no engenho
braceletes de osso do gentio da terra		deu aos negros
livraria	velha	

Quadro 2
PEÇAS QUE NÃO SE VENDERAM NO LEILÃO
(VESTUÁRIO E TECIDOS)

PEÇA	VALOR	DESTINO
gorra de raxa	velhas	aos negros
gorra de veludo		pera cortar
2 gorras	velhas	
2 barreias de retrós		a Antonio Periz pera cobrir as orelhas
roupeta de chamalote		
roupeta de tafeté raxado		
roupeta de tafeté		
roupeta francesa		
pelote de damasco francês		
roupão de chamalote		
casaca de veludo preto		no engenho
truguesca de setim		
7 gorras pretas		
bolsa de veludo	velha	
chapéus pretos forrados		vendi em Ilheos (3\$750)
meias calças pardas		
pano de guardalate (pedaço)		
pano pardo (1 covado)		
2 toalhas de barbear	nada	
toalhas de mesa de Flandres	"	
8 guardanapos de Flandres	"	
7 travesseiros e 1 almofadinha	velhos	
pano de cabeça	roto	
tafetá do abano		
lona(1 vara)	rota	
meias calças pardas		
frisa vermelha (1 vara)	com buracos	
pano pardo (1 covado)	"	
canhamaço (2 terças)	"danado"	
saria (meio covado)	rotas e podre	
4 panos de cabeça	novos	
atacador	roto e velho	
meias calças (3 pares)	velhas e rotas	
calças inteiras (2 pares)	«	
chinelas pretas	velhas	
pano de tréu (55 varas)		

As peças de menor valor económico, como roupas e outros objectos de uso corrente são entregues aos negros e a outros serviçais. As de estanho, ferro, cobre que se encontram em mau estado de conservação são fundidas e reutilizadas no engenho. Os haveres de maior valor serão vendidos, ou enviados para o reino, para os familiares.

Neste rol há a destacar a menção do recebimento de especiarias, cravo, pimenta, canela, açafraão (fl. 36v) e de madeiras: pau brasil, pau de conduru e pau preto (fl. 29v e 34).

O testamenteiro realizou um inventário dos bens que apresenta ao procurador e que este referirá várias vezes ao longo do manuscrito. Não possuímos, no entanto, esse inventário que nos permitiria avaliar a fortuna pessoal do Governador. Temos, todavia, informação indirecta sobre ele. Sabemos que a 28 de Abril, Diogo da Rocha irá a S. Salvadoras *pousadas* de António da Serra prestar contas do *dinheiro, âmbar e prata e mais fazenda que tinha recebido per falecimento do dito defunto*, cujo registo se encontra a fl. 27 e 32v. O dinheiro recebido, em moedas de ouro e prata, avulta em 113\$740 reis (quadro 3).

Quadro 3
CONTA DO DINHEIRO APRESENTADA PELO TESTAMENTEIRO

Metal	Espécies	Valor/reis
prata	Reales	78\$154
prata	Reales	10\$286
ouro	"moedas"	24\$500
ouro velho	Cruzados	\$800
Total		113\$740

As peças de prata, bem como o âmbar, produto muito apreciado e valioso no século XVI, são enviadas para o reino (quadro 4).

Quadro 4
PEÇAS ENVIADAS AO REINO
(PEDRAS PRECIOSAS, PRATA E OURO)

Tipo	Quantidade	Peso
âmbar; rubis; aljófar	1 pera	1 onça e 2 oitavas e meia
âmbar gris		2 arrateis e 4 onças
âmbar preto		meio arratel e 4 oitavas
âmbar branco	10/12 pedaços	2 onças e 3 oitavas
âmbar preto (que estava branco)		5 onças
prata dourada	1 taça de Bastiães (*)	4 marcos e 1 onça
prata dourada	1 copo com figuras (**)	3 marcos e 5 onças
ouro	5 peças de uma petrinha	1 onça 6 oitavas e 15 grãos
ouro	2 corchetes	5 oitavas e meia
ouro e cristal	1 medalha com pedra de cristal preta	6 oitavas e meia
ouro	1 cruz	1 oitava e 15 grãos

(*) Com as armas do governador

O rendimento do fato avultou em 1.436\$478 reis aparecendo discriminado entre as folhas 29 e 32.

Venderam-se peças de roupa, tecidos (burel, holanda, sarja) barris de conserva, farinha, açúcar, pau brasil, graxa, facas, foices e machados de resgate, pregos, escravos, etc. Receberam-se também as quantias em dívida ao Governador (Fig. 2).

Do dinheiro das sentenças que o Governador devia receber, Diogo da Rocha apresenta as contas entre as fis. 37 e 40. O total a receber seria 1.962\$100 reis, mas as despesas avultaram em 1.721\$847 reis, pelo que só teria de entregar ao Procurador 240\$000 reis, que aparecem mencionados na folha 1 como 248 mil reis.

Receberá da venda do açúcar do engenho fabricado em tempo do Governador de 692 arrobas e 24 libras, vendidos a 570 reis cada arroba, 394\$867 reis, de que se abaterão 149\$206 reis de despesas do testamenteiro, sobrando líquidas 245\$661 que também foram gastas em sentenças (fl. 41), nada restando para receber.

As receitas que consegue apurar regista entre as folhas 1 a 4 e avultam em 2.008\$783 reis. As despesas que tem de efectuar correm entre as

+ # pagues dos direitos e a Valias dos
dous carques q mandej na coranila
em que tem mil duzentos e setenta e sete — 1/217

+ # dos direitos das cento e tantas arrobas
q mandej na nao de lha seis mil
e quatrocentos e — 6/700

+ # das analias e cobridas de lha e eng^o
mil e seiscentos e setenta e sete — 1/650

+ # de lhas e lhas q João de medina
ouve contra a fazenda por q a lha
o qmã lha de lha dous mil qua
trocentos e trinta e — 2/780

+ # comprara-se e cinquenta naras de lha
de lha para lha guardar lha
e lha e lha de lha e lha
lha de lha — 7/

+ # desfezer certo estanco de lha em
lha de lha de lha e
lha de lha dous mil
e quinhentos e — 2/500

21/194

Fig. 2 - Registo das despesas do engenho de Sergipe, fl. 12v

folhas 5 a 18 totalizam 1.729\$ 118 reis e incluem a reparação do engenho, para o poder pôr a laborar, 113\$887 reis (fl. 9).

A estes encargos acrescentam-se os ordenados pagos ao pessoal do engenho, que desde 7 de Abril de 1574 correm por conta do procurador (quadro 5).

Quadro 5
QUADRO DE PESSOAL DO ENGENHO DE SERGIPE (1574-1578)

Profissão	Nome	Ordenado anofmês	Período/Serviço	Quantia Recebida
Purgador	Francisco Femandes	26\$000 e comer	1 Ago. - Jan. 1574 - 1575	12\$500
Mestre Engenho Purgador	João Ribeiro	3 \$000 /mês	4 meses	12\$000
Feitor do Campo e <i>tingoa do gentio</i>	Tristão Pacheco	20\$000	20 Abr. - Set 1574 - 1576	41 \$820 ⁽¹⁾
Arrais da barca grande	João Femandes Francês	15\$000 /1º ano e vestido 18\$000 /2º ano	22 meses 20 Abr. ⁽²⁾ 1574 -	28\$432
Arrais da barca grande	Antônio, cidadão	18\$000	Maió - 17 Mar. 1576-1577 (18 meses)	24\$750 ⁽³⁾
Levadeino	Brás Femandes	13\$000	8 Nov. - Mar. 1574 - 1575	4\$700
Levadeiro	Brás Femandes	13\$000	10 meses e meio ⁽⁴⁾	11\$340
Vaqueiro	Diogo Novais	16\$000 / ano	não indica período ⁽⁵⁾	1\$950
Vaqueiro	Manuel Correia ⁽⁶⁾	19 \$000 /ano com obrigação de alimentar escravos	7 Abr. - 7 Fev. 1576 - 1578 (22 meses)	35\$200
"Servio de muitas coisas na fazenda, trouxe comigo do Reino"	Martim Peres	Não tem indicação	- Jun. [1574] - 1575	10\$610
Mestre de Carpintaria de engenhos	Salvador Martins	44\$000 /ano	15 Out- Dez. 1574 - 1578 (3 anos, 2 meses, 8 dias)	117\$333 ⁽⁷⁾
Levadeiro e Carreiro	Afonso Martins	16\$000 /ano	1 Dez - Set. 1574 - 1577	38\$000
Cargo da roça	Antônio Pirez	12\$000 /ano e umas botas	20 Abr. - 1574 - 1578 (4 anos)	36\$000 ⁽⁸⁾

¹ Devia auferir mais dinheiro, mas foi-lhe descontado por se encontrar doente, falecendo em Setembro de 1576.

² Faleceu também por meados de Maio de 1576 sendo substituído por Antônio, cidadão, nesse mês.

³ Mais tempo não lhe contaram por estar preso tendo só recebido 4\$000 ficando o restante em dívida no inventário.

⁴ Este tempo foi de serviço no curral do Açú.

⁵ Também trabalha no curral do Açú, mas não deve ter trabalhado o tempo todo.

⁶ Este Manuel Correia serviu mais até 7 de Maio, que são mais três meses, que não lhe foram pagos por serem do tempo em que o engenho é entregue a Vicente Monteiro.

⁷ Não recebeu mais por estar doente e ter trabalhado, com a prévia autorização, noutros engenhos.

⁸ Devia receber 48\$000, mas só lhe pagaram 36\$000, ficando a dever-lhe o resto, 12\$000.

A análise da receita e despesa é feita na folha 21 e revela-se deficitária contra o autor do manuscrito. Com efeito para uma receita de 2.008\$783 há gastos no valor de 2.083\$003, sendo a diferença de 74\$220 reis, que o procurador adianta e espera recuperar ãas safras de açúcar que produzir.

7.5. *Administração do engenho de Sergipe*

António da Serra irá administrar o engenho de Sergipe durante 4 anos, 1574-1578. Chega ao Brasil nos começos do ano de 74 a bordo de uma caravela (fl. 12).

Em 5 de Abril encontra-se com Vicente Monteiro, que assumira a gestão, após a morte do Governador, desde 2 de Março de 1572. Este apresenta-lhe as contas dos gastos efectuados com a alimentação do pessoal, vestuário de luto, documentos e certidões que expediu para Portugal de pagamentos a procuradores, etc. (fl. 42-45).

A partir de 7 de Abril as despesas correrão por conta de António da Serra até 15 de Abril de 1578 (fl. 53), altura em que regressa ao Reino, retomando Vicente Monteiro a gestão corrente do engenho (fl. 53).

António da Serra não irá residir para Sergipe, administrará, à distância, da cidade. Ao certo sabe-se que em 28 de Abril de 1574 reside em S. Salvador da Baía. Na folha 11 do manuscrito registam-se os gastos com o aluguer de casas. Vai duas vezes a Sergipe (fl. 10v) apresentando essas despesas, a primeira para *tomar entrega com toda a gente* a segunda para *avaliar a fazenda*. Nesta vida cidadina dedicou-se também aos jogos de cartas em que conseguiu ter sorte realizando algum dinheiro (fl. 2v.) 24\$000 reis.

O engenho compunha-se da casa senhorial, da capela⁶, da torre, da casa de purgar, da casa das pilheiras, e da moenda propriamente dita.

⁶ Faz reparações também na capela (fl. 11 v.) e adquire um cálice e uma pedra de ara, no valor de 5\$500 reis (fl. 24v.).

Possuía dois currais de gado, um no Açú e outro no Rio de Joane. Os transportes eram assegurados por barcas (a barca grande e a barca pequena).

Este engenho é movido com a força da água, e necessita de reparações para poder retomar a produção de açúcar.

A água era represada numa espécie de açude, ou arca de água, para ter maior pressão para fazer mover o engenho. Trata-se, portanto, de um engenho real e copeiro.

O levadeiro era o profissional responsável pelo sistema de distribuição da água nas cales. Estas conduziam à roda de água, ou bolandeira, que accionava as mós que moíam a cana.

Esta situação, contudo, provocou a interrupção da produção por diversas vezes, devido às insuficiências tecnológicas da época. Ao todo tiveram que ser efectuadas diversas reparações por *se quebrar a madre d'agoa* (fl. 51), ou por *se arrombar a levada e açudada* (fl. 52). Na última reparação revela-se o empenho de António da Serra, que a reputa como *obra que fica maravilhosa*, e a conclui em Janeiro de 1578.

Segundo Magalhães Godinho, o ciclo da cultura do açúcar dura 12 a 14 meses. O corte realiza-se em fins de Junho, começando os engenhos a moer pelo mês de Julho e Agosto. O ano económico vai de Julho a Junho. Fabricar, embranquecer, encaixar e conduzir à Europa, pode durar, no entanto, 18 meses.

No envio para Portugal triplicava o preço da arroba do açúcar e aí residia o interesse do seu cultivo.

No ano de 1574-75, o engenho de Sergipe mói de Outubro a Março 37 vezes (fis. 51). Para as outras tarefas dos anos seguintes 1575-1576 a 1577-78 não há informação registada, quanto ao número de vezes que o engenho trabalha. Conhecem-se, todavia, os valores de produção para os diferentes tipos de açúcar fabricados no engenho de Sergipe sob a administração do procurador (quadro 6).

Quadro 6
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM SERGIPE (1574-1578)

Anos	Branco	Mascavado	Meles	Total
1574-1575 Out. - Mar.	702	73	126	901
1575-1576 Nov. - Fev.	295	61	75,5	431,5
1577-1577 Jau. - Abr.	363	110	125,5	598,5
1577-1578 Set. - Abr.	1075		189	1264
Total	2435	244	516	3195

Nota: Os valores foram arredondados por defeito de forma a poder verificar-se a soma aritmética das parcelas, (em arrobas), permitindo saber o total por tipo de açúcar, assim como o valor anual e global da produção nos anos de 1574 a 1578.

Os primeiros investimentos de Antonio de Serra voltam-se para a reparação do aparelho produtivo: *conserto das caldeiras* e fornalhas, fundição de utensílios velhos e inúteis, para reparar outros reaproveitando-os (v. quadro 1), retelhar a casa de purgar e a torre, que devia funcionar como uma espécie de armazém. Mandou vir *ferramenta do reino* (fl. 12) e *cobre da ilha da Madeira* para concluir estes trabalhos.

Estas obras avultam em 6% do total da despesa realizada na recuperação do engenho para a produção de açúcar.

Outro investimento é feito com o pessoal. O engenho de açúcar exige um conjunto de profissionais especializados. A análise do quadro 5 revela-mos as suas categorias técnicas. Aí encontramos os especialistas no fabrico e branqueamento do açúcar, o *purgador* e o *mestre de engenho*, os responsáveis pelo transporte e escoamento dos produtos, os *arraís* das barcas e os *carreiros*, os “mecânicos” da reparação do engenho, os *carpinteiros*, os técnicos da distribuição da força motriz, *levadeiros*, os responsáveis pelo pessoal escravo, o *feitor* (e ao mesmo tempo intérprete), os responsáveis pelo sector agro-pecuário, os *vaqueiros* e *encarregados da roça*, e por fim o pessoal sem formação específica que acompanhara o procurador desde o reino.

Para assegurar uma boa produção era fundamental o purgador e o mestre de engenho. São os profissionais melhor remunerados, além do mestre de carpintaria, que permanece mais tempo ao serviço no engenho, uma vez que se tratava de recolocar em funcionamento uma unidade de produção danificada. Muitos ordenados incluíam além da remuneração monetária, outra complementar em espécie, sendo mencionado um vestido, umas botas e um chapéu. Ao vaqueiro Manuel Correia é atribuída a remuneração anual de 19\$000 reis, com a condição de dar de comer aos escravos.

O encargo fixo com os ordenados representa cerca de 18% da despesa total da manutenção do engenho.

A mão-de-obra não especializada não é remunerada. São os escravos, muitos recrutados entre os índios, através da aquisição que as facas, tesouras e espelhos de resgate denunciam ao longo do manuscrito.

Os gastos com a sua alimentação, vestuário e calçado surgem também no rol das despesas. Podemos reconstituir a sua “dieta” alimentar à base de farinha, mandioca, inhame, milho e outros legumes (fl. 9v). Também comiam peixe que pescavam com anzol, ou arpão.

As despesas com a “saúde” não são esquecidas. A folha IOv apresenta os gastos *com físicos e sorogiões em purgas sangrias e ynguentos pera feridos e doentes*, que pelas descrições, terão sofrido os seus “acidentes” nas viagens ao sertão, ou na pesca em águas infestadas de tubarões.

Não se sabe qual o número de escravos que trabalhava no engenho, mas na folha 57 António da Serra diz que laborou com escravos seus, que deixa no engenho conforme acordo com D. Fernão de Noronha, o que nos prova que adquiriu mais elementos.

Mas o objectivo da laboração do engenho é o fabrico de açúcar.

Os canaviais das plantações estavam divididos em “partidos” áreas cultivadas em administração directa pelo próprio senhor da fazenda, ou por outros lavradores em sistema de arrendamento, cabendo-lhes uma

quota parte do produto final e o pagamento dos redízimos ao senhor do engenho. Esta situação observa-se no engenho de Sergipe quando na fl. 53 se menciona que *sefizerão de partes e de casa 1075 arrobas*.

Como refere Frédéric Mauro *a superfície de um engenho era avaliada em tarefas. Cada urna era a superfície de plantação de cana necessária para alimentar um engenho durante um dia, urna trintena de canadas para um trapiche, uma quarentena para um moinho a água*¹.

Antonio da Serra realizará 20 tarefas forras, à *razão de cinco* por ano^{7 7 8}. Sergipe rendia cerca de 40 arrobas de açúcar por tarefa. Assim sendo a estimativa de produção para 4 anos, realizando 20 tarefas, dava um valor de 800 arrobas. Dessas tinha o procurador direito a 30 arrobas forras de cada produção de 40. Beneficiaria no tempo em que esteve no Brasil de uma produção estimada em 600 arrobas, à razão de 150 arrobas/ano.

Eram três os tipos de açúcar fabricados: *branco, mascavado* e os *meles*.

O açúcar *branco* é obtido por depuração nas formas com o feitio de sino invertido, na casa de purgar, sob a ação da argila, que promove a sua refinação (Fig. 3). Obtêm-se várias gamas que se designam-se por: *branco fino, redondo* e *baixo*⁹. Os de melhor qualidade são os da parte superior da forma.

O *mascavado* é o açúcar branco mal depurado, obtém-se a partir do mel que escorre das formas que pode ser batido e recozido outra vez.

Os *meles de panela* são os açúcares batidos que podem ser vendidos em potes e panelas para serem recozidos, ou destilados.

⁷ Mauro, Frédéric - *Portugal o Brasil e o Atlântico*, vol. 1, Lisboa, Ed. Estampa, 1989, p. 266.

⁸ No documento tresladado na fl. 64, verifica-se que D. Fernando de Noronha, o autoriza a fazer 10 tarefas de canas, pagando os respectivos direitos, dando-lhe apenas 5 forras como incentivo. Não se sabe por que razão este número foi ultrapassado.

⁹ Mauro, Frédéric - *ibidem*, p. 276.

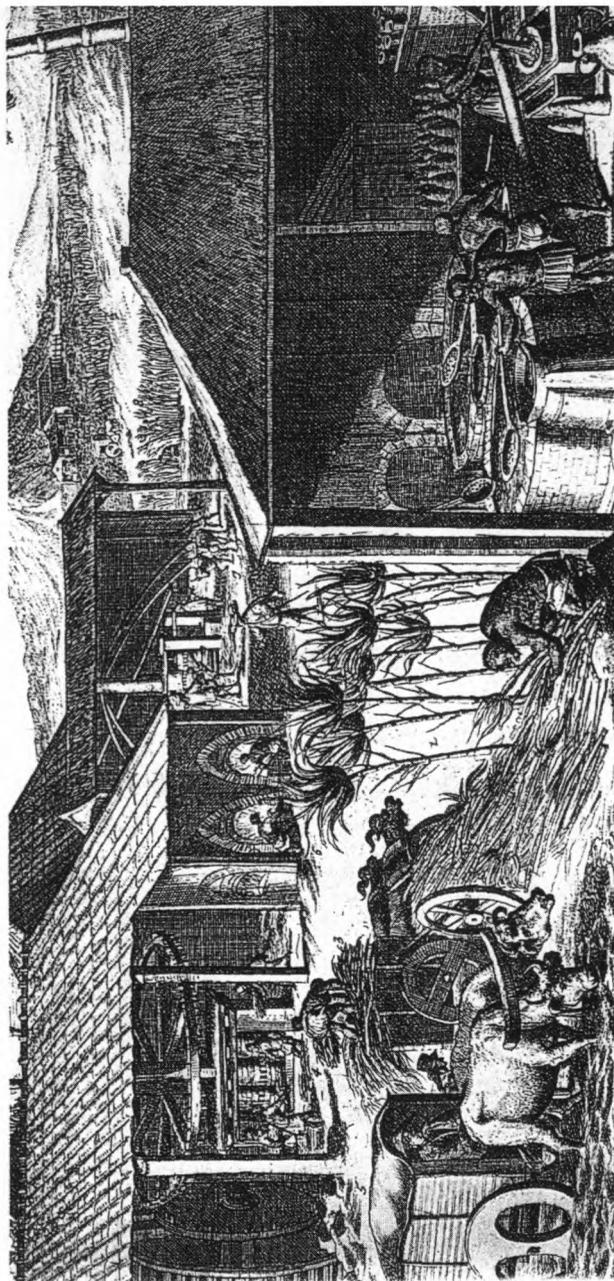


Fig. 3 - Engenho de açúcar no Brasil, século XVII, apresentando as várias fases do processo de fabrico desde a moenda à depuração. "La Galerie Agréable du Monde", Leiden. Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

De toda a produção de açúcar branco mascavado e meles tem António da Serra que tirar os custos para pagar a outrém.

Para António Martins e Manuel Duarte, que supomos serem lavradores, vão, respectivamente, 505,5 arrobas para um e 213,5 para o outro. Enviadas a D. Fernando, para o Reino, vão 1094 arrobas. Toda esta despesa avulta em 1808 arrobas.

Assim da produção de açúcar branco que totalizara 2435 arrobas, restam 627 arrobas, para António da Serra. Esta quantia não é suficiente uma vez que tem direito a 787 arrobas. Ficam-lhe a dever de açúcar branco 160 arrobas líquidas (quadro 6).

De açúcar mascavado, do total da produção 244 arrobas, tem de entregar de despesas a Manuel Duarte 93 e a António Martins 99,5. Ao Sr. D. Fernando são 20 arrobas. Esta despesa avulta em 212,5 arrobas ficando 31,5 arrobas de produção. Desse valor tem direito António da Serra a 15 arrobas.

De meles de panela, cuja produção atinge 327 arrobas, as despesas são superiores: deve 40 arrobas, mas, como tem direito a 25, fica só com 15 arrobas em dívida.

Como o próprio procurador diz, recebeu em verde e entregou o açúcar seco (fl. 61) e como a despesa que fez com os dízimos foi suportada por si devem-se considerar as contas saldadas.

Em conclusão só lhe deverão as 160 arrobas líquidas que receberá no Reino, provavelmente em dinheiro. Aparentemente a ida ao Brasil não se revela muito proveitosa.

1.6. Administração do engenho de Santana, em Ilhéus

Do engenho de Santana, em Ilhéus poucas informações obtemos do manuscrito.

Tal como o engenho de Sergipe, a sua administração era feita à

distância, enviando o procurador outras pessoas de sua confiança para tratar dos negócios. Uma delas foi António Dias que aí se desloca diversas vezes (fl. 2, 3, 3v. e 12). O engenho é arrendado por 3 anos a Gaspar da Cunha recebendo António da Serra 60\$000 reis (fl. 17v). Na folha 60 menciona-se a produção deste engenho no *derradeiro ano do arrendamento*, (1578?), cujo valor é 910 arrobas, pertencendo ao procurador 5% da produção, que corresponde a 45 arrobas.

Todavia, faltam mais elementos que nos permitam comparar o índice de produção dos dois engenhos. De Santana, também tem de entregar parte, pelas despesas de fabrico, mas não são mencionados os nomes das pessoas (fl. 56).

1.7. Conclusão

De António da Serra, que regressa a Portugal em 1578, nada mais se sabe. O acervo do Arquivo Histórico Municipal não fornece mais elementos além dos deste manuscrito isolado, que terá viajado, talvez, com o seu autor.

O engenho de Sergipe d'El-Rei, assim designado no tempo do Governador Mem de Sá, é pouco conhecido no séc. XVI. Está bem estudado e bem documentado para o séc. XVII, quando pertence aos Jesuítas, que nos legaram os seus livros de contabilidade, bem sistematizada, entre 1622 a 1635. Nessa época é conhecido por Sergipe do Conde, em alusão ao Conde de Linhares, marido de D. Filipa de Sá, filha do Governador. Quando D. Filipa enviuvou, dona de considerável fortuna, funda a Igreja do Colégio de Santo Antão, em Lisboa¹⁰, e será por essa via que o engenho passará à administração da Ordem de Jesus.

¹⁰Bethencourt, Francisco - *Os equilíbrios sociais do poder*, in “História de Portugal”, dir. José Matoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 153

Para reconstituir a historia do açúcar no Brasil este documento reveía-nos dados importantes, apresenta os registos contabilísimos para um período do séc. XVI em que os dados sobre a produção açucareira escasseiam. No entanto, uma análise mais profunda deverá ser realizada, cruzando estes elementos com documentação de outros arquivos.

A pesquisa fica em aberto. A intenção desta transcrição foi poder

3. Bibliografia

- Albuquerque, Luís de - *Dicionário de História dos Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994.
- Bethencourt, Francisco - *Os equilíbrios sociais do poder*, in “História de Portugal”, dir. José Matoso, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 149-193
- Coelho, M. Helena da Cruz, e Santos, M. José Azevedo - *De Coimbra a Roma: uma viagem em meados de quinhentos*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.
- Costa, J. Almeida e Melo, A. Sampaio - *Dicionário da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Porto, Porto Editora, 1984.
- Figueiredo, Cândido de - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 25ª ed., 4 vols., Bertrand Editora, 1996.
- Godinho, Vitorino Magalhães - *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1983.
- Lello Universal, 2 vols., Porto, Lello e Irmão, 1986.
- Machado, J. Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- Marques, A: H. de Oliveira, - *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*, 5ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1987.
- Mauro, Frédéric - *Portugal, o Brasil e o Atlântico, 1570-1670*, 2 vol., Lisboa, Imprensa Universitária/Editorial Estampa, 1989.
- Mello, José António Gonçalves de - *Engenho de Açúcar*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 2 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 383-385.
- Oliveira, Fernando de - *O vestuário Feminino dos Séculos XV e XVI*, in “Oceanos”, 21, (Jan./Mar.), 1995, p. 128-142.
- Quintas, Amaro - *Mem de Sá*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 5 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 398-399.
- Silva, M. Beatriz Nizza da - *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Lisboa, Verbo, 1984.
- Silva, Morais - *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., 11 vols., Lisboa, 1949-1958.
- Torres, Ruy d’Abreu - *Açúcar*, in “Dicionário de História de Portugal”, dir. Joel Serrão, 1 vol., Porto, Livr. Figueirinhas, 1985, p. 24-26.
- Vilela, Magno - *Uma questão de igualdade ... António Vieira e a escravidão negra na Bahia*, in “Oceanos”, 30/31, (Abr./ Set.), 1997, p. 37-52.

Paula Cristina Viana França / Ilídio Manuel Barbosa Pereira

Viterbo, J. Santa Rosa - *Elucidário das Palavras Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram*, Lisboa, 1799.